

Acesso e Permanência de Alunos de Escolas Públicas nos Cursos Técnicos do Cefet-RJ: Estudo de Caso do Curso Pró-técnico

Ana Margarida Campello*

2º lugar na Categoria Estudos de Caso do "Prêmio Senac de Educação Profissional"

* Ana Margarida de Mello Barreto Campello é Pedagoga. Especialista em Planejamento Educacional e de Recursos Humanos pela Universidade de Paris I e em Avaliação Educacional pela UnB. Chefe da Divisão de Projetos Educacionais da Diretoria de Desenvolvimento Educacional no Cefet-RJ. E-mail: anamargarida@gbl.com.br

Desde 1990, quando comecei a trabalhar no Cefet-RJ, tenho convivido com questões que dizem respeito à dificuldade do acesso a essa escola dos jovens dos meios populares. O processo seletivo que se realiza anualmente tanto pelos seus aspectos quantitativos quanto pelos seus aspectos qualitativos – tipo de prova, conteúdos e questões – tem como consequência "natural" a classificação de alunos pertencentes aos segmentos mais favorecidos da sociedade.

Lembro que no meu primeiro ano de Cefet, quando percebi espantada as imensas filas que se formavam para inscrição dos candidatos ao concurso de admissão, funcionária já antiga, com muitos anos de experiência no acompanhamento e realização do concurso, olhava para uns e outros, na fila dos candidatos, e me dizia: "– Esse passa..., esse não passa...". Os meninos e meninas com uniforme da escola pública municipal, eram sistematicamente colocados no grupo daqueles que "não passariam". Me incomodava esse diagnóstico. Como podia já saber, antes mesmo da realização das provas? Me parecia preconceituosa... julgava pela aparência... pela origem social..

Apesar de saber que "as estatísticas não fazem outra coisa senão confirmar o fracasso escolar dos filhos do povo" 2 resistia em admitir que uma escola pública, profissionalizante, de nível médio, apesar da imensa possibilidade de escolha, selecionasse para serem seus alunos justo aqueles que, aparentemente, pouco tinham a ver com os cursos que oferecia.

A falta de vagas no ensino médio público³, o atendimento precário da demanda que vem crescendo significativamente e o prestígio social de que goza como instituição federal voltada para o ensino técnico-industrial faz com que, anualmente, o número de candidatos que se inscrevem no concurso de admissão aos cursos técnicos do Cefet-RJ seja muitas vezes superior ao número de vagas oferecidas. Como consequência, a relação candidato-vaga é semelhante à verificada nos vestibulares para cursos superiores bastante disputados. No concurso 1997/1998, por exemplo, 10.003 candidatos disputaram as 400 vagas oferecidas: 25 candidatos para cada vaga.

Quanto ao perfil dos classificados: os dados do concurso 1997/1998 indicam que 74,8% concluíram o ensino fundamental em escolas particulares. Naquele ano, os candidatos originários das escolas particulares representavam pouco mais da metade (58,6%) do total de inscritos, mas ocuparam quase três quartos das vagas oferecidas. Com relação aos egressos das escolas públicas municipais observa-se o oposto: sua participação entre os classificados (12,6%) é bem menor do que no total de candidatos (31,3%) Assim, é possível supor que: quem conclui o ensino fundamental em escolas públicas municipais tem menor possibilidade de classificação no concurso e, portanto, de ingresso no Cefet-RJ. Tinha, pois, razão aquela funcionária que no simples olhar dizia: "– Esse passa..., esse não passa...."

Não é de hoje que isso acontece. No final da década de 80, discute-se claramente a elitização do acesso aos cursos técnicos. A análise das atas de reunião do Conselho de Professores indica explicitamente uma preocupação com relação às dificuldades de acesso, através do Concurso, dos alunos das escolas públicas municipais de ensino fundamental:

"Na oportunidade, a Sra. Presidente, após fazer algumas ponderações, aventou a possibilidade de se suprimirem as questões de Física e Química das provas do Concurso, ou, então, de se proceder a uma profunda revisão dos conteúdos requisitados no programa, os quais da forma em que se apresentam atualmente, colocam os candidatos oriundos das escolas municipais em franca desvantagem em relação aos candidatos que se preparam em cursinhos". 5

Na perspectiva de ampliação das possibilidades de acesso dos alunos das escolas públicas municipais de ensino fundamental a seus cursos técnicos de nível médio começa a ser desenvolvido, no Cefet-RJ, em 1990, o Curso Pró-Técnico, destinado exclusivamente a alunos regularmente matriculados na 8ª série das escolas públicas municipais de ensino fundamental.

Recentemente, através do Decreto 2.208/97 6, os cursos técnicos de nível médio são separados do próprio ensino médio. O ensino técnico de 2º grau, que até então funcionava de forma integrada, passa, a partir de 1998, a funcionar em dois segmentos independentes: ensino médio e educação profissional. Em seu artigo 5º, o Decreto 2.208/97 estabelece que "a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este7".

Para justificar essa reforma, o governo lança mão, principalmente, de dois argumentos; por um lado, o alto custo do aluno das escolas técnicas por outro lado, a elitização do acesso aos cursos técnicos, o fato de que muitos dos seus alunos não têm interesse no curso técnico ou em se profissionalizarem e o freqüentam de forma propedêutica, pensando no acesso ao ensino superior. A separação entre ensino médio e ensino técnico, argumenta-se, levaria, para este último, aqueles alunos que realmente têm interesse e/ou necessidade de formação profissional e têm como perspectiva o ingresso no mercado de trabalho ou aqueles já engajados no mercado de trabalho e que buscam uma melhor qualificação.

Ao identificar-se o que parece ter sido um "desvio da classe" a ser atendida pelo ensino técnico-profissional, redefine-se esse ramo do ensino de maneira a voltá-lo para o atendimento daqueles a quem seria originariamente destinado:

"O problema é que, com o passar dos anos, o objetivo das escolas técnicas foi sendo distorcido. Nos últimos anos, elas passaram a atender muito mais à classe média, em busca de um ensino médio gratuito e de boa qualidade e que assegurasse a aprovação no vestibular, do que ao estudante realmente necessitado de formação profissional".8

Não se questiona o processo seletivo adotado, nem se articula o aumento da procura das escolas técnicas com a deterioração do ensino médio oferecido nas escolas da rede estadual. Cláudio de Moura Castro, um dos idealizadores dessa "nova educação profissional", em artigo publicado na Revista Veja, em 1997, enfatiza que, em função da competição nos concursos de acesso às escolas técnicas, entram apenas aqueles que podem pagar uma escola privada e que, mais adiante, têm acesso ao ensino superior. No seu entendimento:

"Ficam as indústrias sem os técnicos de que precisam para ser competitivas e ficam a ver navios os alunos mais modestos, interessados nas ocupações técnicas oferecidas. É o pior dos mundos. Como na proverbial piada do marido traído, a solução aqui é também tirar o sofá. [o grifo é meu]. É só separar a parte técnica da acadêmica, como acaba de fazer o MEC. Quem quiser só a escola acadêmica vai para um lado. Quem quiser a técnica vai para o outro. Assim, os alunos mais modestos que aspiram a uma educação técnica mais prática terão chances de entrar no ramo técnico, cujas oficinas e laboratórios estão hoje locupletados por alunos que nenhum interesse têm pelos ofícios ensinados". 9 - 10

Segundo Cunha¹¹ a solução adotada é particularmente danosa, pois representa uma volta atrás no movimento de unificação da estrutura educacional que se verificava no Brasil e que vinha se desenvolvendo desde a promulgação das "leis da equivalência" nos anos 50.

Em nome do que, aparentemente, seria uma forma de democratização e justiça social – afinal com que direito os mais ricos ocupariam o lugar que, preferencialmente, seria dos mais pobres no ensino técnico? – , redefine-se a estrutura do sistema educacional brasileiro, conjugando-se as

reformas do ensino médio e do ensino técnico no objetivo comum de contenção do acesso ao ensino superior. E ainda, na reforma da educação profissional, reedita-se o dualismo escolar, na medida em que fica estabelecida a sua destinação explícita para o atendimento a uma determinada classe social. Não se pretende uma escola única, para todos, mas uma escola que se diferencia segundo a classe social que deve atender.

Na reforma que está sendo implantada a educação profissional é entendida como um subsistema complementar à educação básica e não mais como parte dela. O ensino médio, etapa final da educação básica, ganha nova identidade em reforma específica que não admite a profissionalização como uma de suas funções. O curso técnico muda inteiramente de finalidade: de curso de 2º grau que alia formação geral e ensino técnico-profissional passa a fazer parte de um subsistema específico e complementar à educação básica, voltado principalmente para as demandas do mercado de trabalho:

"O novo marco legal pretende transformar a Educação Profissional oferecida no Brasil para que responda, com maior eficiência e eficácia, às demandas do mercado de trabalho e aos requerimentos específicos do desenvolvimento econômico e social do país, com o propósito de criar condições de empregabilidade para os jovens ingressos na População Economicamente Ativa – PEA, qualificar e requalificar mão-de-obra e contribuir para a elevação da produtividade das empresas nacionais e melhoria da qualidade de vida da população. 12

O objetivo deste trabalho é analisar uma experiência de democratização do acesso aos Cursos Técnicos do Cefet-RJ – o Curso Pró-Técnico –, processo seletivo alternativo ao Concurso de Admissão, exclusivamente voltado para os alunos de 8ª série das escolas públicas municipais de ensino fundamental. Trata-se de um estudo de caso, que descreve e contextualiza uma experiência que estava em desenvolvimento¹³ no momento da implantação da reforma do ensino técnico e que demonstrava, na prática, a possibilidade de alteração do perfil dos alunos selecionados para os cursos técnicos do Cefet-RJ, através de modificações introduzidas na sistemática de acesso através do concurso.

A relevância desse estudo se insere no âmago das políticas educacionais em implantação nesse momento no Brasil, mais especificamente na política de reforma do ensino técnico. O argumento aqui desenvolvido, através de um estudo de caso, é que a efetiva democratização do acesso aos antigos cursos técnicos de 2º grau – necessariamente complementar a uma política global de ampliação com qualidade da oferta de ensino médio pelos sistemas estaduais¹⁴ – seria possível através da adoção de medidas de discriminação positiva dos segmentos normalmente excluídos pelos processos de seleção utilizados nas escolas técnicas e Cefets. Como "pano de fundo" ao estudo aqui empreendido, encontra-se o questionamento da solução adotada pela política governamental¹⁵ que, ao determinar a separação entre o ensino médio e o ensino técnico e a constituição de sistemas paralelos de educação básica e educação profissional, recompõe o dualismo da escola no Brasil.

O estudo de caso, como sugere Stake,¹⁶ ressalta originalidades e particularidades do Curso Pró-Técnico, conta sua história, situa-o em seu contexto institucional, dá voz a seus alunos, interroga-se quanto ao acesso e permanência de egressos de escolas públicas nos cursos técnicos e tem como objetivo procurar responder até que ponto a estratégia utilizada de discriminação positiva dos alunos das escolas públicas de ensino fundamental constitui realmente uma alternativa de democratização do acesso aos cursos técnicos do Cefet-RJ.

O Curso Pró-Técnico 17

Como uma alternativa à elitização do acesso a seus cursos técnicos, foi implantado, pelo Cefet-RJ, em 1990, o Curso Pró-Técnico, cujo objetivo é a ampliação das chances de ingresso nesses cursos dos alunos da rede pública municipal de ensino fundamental.

Na justificativa do projeto de criação do Curso Pró-Técnico, parte-se da constatação da elitização do acesso via concurso e entende-se que, em consequência de uma disputa desigual, ficam fora da escola aqueles candidatos cujo perfil sócio-econômico "aponta para uma necessidade – maior

que a de outros – de realizar estudos e ingressar (e permanecer) no setor produtivo".¹⁸ Continua o projeto propondo a criação de um mecanismo de defesa das classes sociais menos favorecidas. Argumenta-se que:

"a existência de um Curso Pró-Técnico no Cefet para alunos oriundos de escolas da rede municipal cria uma "via de mão dupla" que possibilitará tanto a melhoria das condições de ingresso dessa clientela quanto um melhor aproveitamento do aluno dos cursos técnicos de 2º grau".¹⁹

São os seguintes os objetivos estabelecidos para o Curso Pró-Técnico:

"Oferecer condições aos alunos oriundos da rede municipal de ensino de melhorar seus conhecimentos obtidos no 1º grau. Propiciar a inter-relação entre o Cefet-RJ e a Secretaria (Municipal) de Educação".²⁰

Com pequenas alterações e ajustes, principalmente no que diz respeito aos critérios de seleção dos alunos que constituirão as suas turmas, o Curso Pró-Técnico funcionou até 1994 como um "cursinho" preparatório para o concurso. Seus alunos participavam do Concurso de Admissão aos Cursos Técnicos como os demais candidatos.

Na tabela 1 estão sistematizados os dados de atendimento no Curso Pró-Técnico e de classificação para ingresso nos cursos técnicos, desde 1990 até 1998. Percebe-se, facilmente, que o índice de aproveitamento dos alunos do Curso Pró-Técnico é muito pequeno. Com exceção de 1992, o número de alunos classificados no Concurso é muito baixo. O "cursinho preparatório" que eles freqüentam no Cefet-RJ parece não influir quase nada, ou muito pouco, nas suas possibilidades de classificação.

Tabela 1 – Curso Pró-Técnico: matrícula inicial e classificados para os cursos técnicos

Ano	Matrícula	Classificados
1990	130	4
1991	121	4
1992	109	25
1993	120	06
1994	167	02
1995	157	52
1996	154	52
1997	160	54
1998	160	52

Fonte: Cefet-RJ/Diren/Pró-Técnico. "Relatório do Curso Pró-Técnico", 1990 a 1998.

A cada ano, repetia-se a frustração: apesar de todo o esforço despendido, pouquíssimos eram os classificados. A estratégia utilizada ("cursinho preparatório para o concurso") não representava uma real ampliação das possibilidades de acesso dos alunos das escolas públicas municipais de ensino fundamental aos cursos técnicos do Cefet-RJ. Por outro lado, o acompanhamento da freqüência dos alunos selecionados pelo Concurso mostrava que aproximadamente 10% do total de classificados apenas se matriculam, assegurando suas vagas no primeiro ano do curso técnico, e não freqüentam as aulas.²² "Turmas previstas para um total de 36 alunos, têm, na verdade, uma freqüência real de 32,33 alunos".²³ A ocupação dessas vagas, que ficavam ociosas pela evasão inicial dos alunos classificados no concurso, é a justificativa para a criação de 52 novas vagas nos cursos técnicos – duas vagas em cada uma das turmas de 1º ano – destinadas especificamente aos alunos do Curso Pró-Técnico.

Assim, a partir de 1995, muda a natureza do Curso Pró-Técnico que, de simples preparatório para o concurso, passa a ser, também, uma alternativa de seleção e acesso aos cursos técnicos do Cefet-RJ para os alunos de escolas públicas municipais de ensino fundamental. Anualmente, seus melhores alunos têm, a partir de então, assegurado direito de matrícula nos cursos técnicos de nível médio, sem precisarem prestar concurso. A partir de então, passam a conviver, no Cefet-RJ, dois modos de seleção de alunos para os cursos técnicos de nível médio: o Concurso de Admissão e o Curso Pró-Técnico.

O Curso Pró-Técnico é desenvolvido de abril a outubro, com aulas diárias, 4 vezes por semana. Os alunos freqüentam em turnos alternados o Pró-Técnico e a oitava série. Trabalha-se em sala de aula o programa do concurso que abrange conteúdos de Matemática, Língua Portuguesa, Física, Química, Biologia, História e Geografia. Além disso, os alunos têm também Iniciação à Informática e assistem a palestras de Informação Profissional.

Em sala de aula, busca-se desenvolver uma experiência pedagogicamente significativa. Para além da preparação para os cursos técnicos, o despertar do gosto pelas ciências, o desenvolvimento do raciocínio lógico, a percepção da aplicabilidade do conhecimento matemático nos acontecimentos cotidianos, a apropriação da língua portuguesa falada e escrita como instrumento de comunicação, o situar-se histórica e geograficamente como cidadãos residentes no município do Rio de Janeiro.

Os professores são os responsáveis pela avaliação dos alunos do Curso Pró-Técnico. Essa avaliação se realiza por meio de provas e também de forma continuada, ao longo do curso, através de exercícios e trabalhos. Ao final do curso é calculada a média dos alunos em cada uma das disciplinas do concurso. A partir da soma de suas médias, os alunos são classificados. Os 52 primeiros colocados ingressam diretamente nos cursos técnicos, os demais prestam concurso tanto para o Cefet-RJ, quanto para outras escolas públicas de ensino técnico.

O aluno do Pró-Técnico é selecionado nas escolas da rede pública municipal de ensino fundamental e freqüenta, em turnos alternados, o Curso Pró-Técnico, e a oitava série do ensino fundamental. A sistemática anual de implantação do Projeto e seleção de alunos para o Curso Pró-Técnico, privilegia o contato com todas as instâncias da rede municipal: técnicos da SME e das CREs 24 (Coordenadorias Regionais de Educação), diretores e professores de escolas municipais, pais e membros dos Conselhos Escola-Comunidade (CECs). Para participar do projeto é preciso que as escolas interessadas se inscrevam. Em seguida, faz-se o sorteio de 40 escolas – 4 por CRE. Apenas nessas 40 escolas sorteadas são selecionados os alunos do Pró-Técnico. Em cada uma dessas 40 escolas, com base em seu desempenho na 7ª série, são selecionados 4 alunos. São assim selecionados os 160 alunos que formam, anualmente, as 4 turmas do Curso Pró-Técnico.

Esses meninos e meninas, com idade variando entre 13 e 15 anos, submetem-se durante sete meses – de abril a novembro – a uma dupla jornada escolar. Muitos deles moram longe do Cefet: Realengo, Inhoaíba, Campo Grande, Bangu, Pedra de Guaratiba... são apenas alguns exemplos. De manhã no Cefet, de tarde na Escola Municipal, ou vice-versa. Pegam o primeiro ônibus, ainda escuro, antes das cinco horas da manhã, às vezes mais dois ônibus para estarem em sala de aula pontualmente às sete horas.

Ingressar no Cefet-RJ é uma grande meta para a família desses meninos e meninas, alunos de escolas públicas municipais durante o ensino fundamental. Orgulham-se de que seus filhos sejam alunos do Cefet e que estejam se preparando, ao longo do ensino médio, também profissionalmente. Antecipam para o curso técnico de nível médio o sentimento de orgulho identificado por Bowen²⁶ nos familiares dos graduandos do ensino superior: "quem já tenha observado o orgulho dos pais ou esposas pelo diplomando, no dia da graduação, dificilmente pode negar que as satisfações dos familiares são algo real".

"Fazer Cefet" é para eles um grande desafio. Fazer um curso técnico é o começo da concretização de um sonho – ter uma profissão –, imaginam a possibilidade de uma entrada privilegiada no mercado de trabalho e valorizam o curso técnico. Saem de escolas pequenas,

situadas próximas de suas residências, aonde convivem com colegas que têm um perfil sócio-econômico e cultural semelhante ao seu. Entram em uma escola grande, longe de casa, passam a conviver com colegas de classe que majoritariamente têm um poder aquisitivo bem superior ao seu. Enfrentam dificuldades cotidianas em sala de aula: não têm dinheiro para comprar os livros e materiais didáticos exigidos pelos professores. Têm pouca chance de usufruto dos chamados bens culturais. Tiveram uma escolaridade anterior precária, muitas vezes em suas antigas escolas não tiveram professor de disciplinas-chave como, por exemplo, Matemática. Ao chegarem ao Cefet-RJ não têm "base": do currículo de suas escolas não fizeram parte disciplinas como Desenho Básico, conhecimento considerado essencial nos Cursos Técnicos. Por tudo isso, espera-se o seu fracasso que além de tudo explicaria e justificaria sua exclusão pelo Concurso, legitimando-a.

Permanência nos cursos técnicos: uma análise quantitativa

O primeiro grupo de 52 alunos selecionados pelo Pró-Técnico ingressa no Cefet-RJ em 1996. Da mesma maneira, em 1997, 1998 e 1999 ingressaram, a cada ano, 52 alunos egressos de escolas públicas municipais de ensino fundamental e que foram selecionados pelo Curso Pró-Técnico.

Os dados disponíveis, até o momento, permitem traçar apenas uma trajetória parcial do caminho percorrido por esses alunos. Apenas no final de 1999 estará se formando o primeiro grupo de alunos selecionados pelo Pró-Técnico. A tabela 2 retrata a matrícula atual dos alunos selecionados pelo Concurso e pelo Pró-Técnico e que ingressaram no Cefet-RJ em 1996, 1997 e 1998.

Na análise dos dados da tabela 2, percebe-se, à primeira vista, uma melhora no fluxo dos dois grupos de alunos aqui estudados que, parece, abandonam e repetem progressivamente menos, de acordo com o ano de ingresso. Há menos evasão e repetência entre os alunos que ingressaram em 1998 do que entre aqueles que ingressaram em 1997 e entre estes e os que ingressaram em 1996. Esses dados são ainda parciais e é preciso estudá-los melhor, mas parecem indicar uma tendência de melhoria geral no funcionamento da escola.

Na comparação entre esses grupos de alunos, em primeiro lugar, ressaltam-se comportamentos que se repetem independentemente do ano de ingresso: a permanência nos cursos técnicos é maior entre os alunos que vieram do Pró-Técnico do que entre os alunos selecionados pelo Concurso; em outras palavras, a evasão ou abandono da escola é maior entre os alunos do Concurso. Em contrapartida, a repetência é maior entre os alunos do Pró-Técnico.

A progressão dos alunos do Pró-Técnico melhora significativamente a cada grupo que ingressa e é cada vez mais expressiva a porcentagem daqueles que avançam de série para série sem repetência. Do grupo que ingressou em 1996, apenas metade (50%) conseguiu chegar ao 4º ano sem repetir nenhum ano; dos que ingressaram em 1997 71,15% chegam ao 3º ano sem repetência; e, finalmente, o grupo de 1998, está quase todo (94,4%) cursando o 2º ano.

Comparando-se com o grupo do Concurso, percebe-se que o grupo do Pró-Técnico a cada ano melhora sua performance. Os que ingressaram em 1996 parece que tiveram um pouco mais de dificuldade para progredir nos estudos e permanecer na escola, mas o grupo de 1997 já apresenta uma progressão ligeiramente superior ao grupo do Concurso, enquanto o grupo de 1998 supera os alunos do Concurso tanto em termos de permanência quanto de progressão nos estudos.

De modo geral, pode-se afirmar que a repetência no 1º ano – apesar de alta também para os alunos selecionados pelo Concurso 27 – atinge de modo mais significativo os alunos que ingressam no Cefet-RJ pela via do Curso Pró-Técnico, enquanto que a evasão ou abandono é um fenômeno quase que restrito aos alunos selecionados pelo Concurso e surpreendentemente significativo nesse grupo de alunos, nos dois anos pesquisados.²⁸

Os alunos selecionados pelo Pró-Técnico para ingresso em 1998 no Cefet-RJ demonstraram nesses dois anos um excelente desempenho. A repetência, no 1º ano, foi pequena, 5,6%. Quase todos, portanto, passaram para o 2º ano e todos, repetentes ou não, continuam estudando no

Cefet, em 1999.

Da análise desses dados quantitativos fica em primeiro lugar uma certeza: não passar no concurso não significa necessariamente não ser capaz de acompanhar as aulas e dar prosseguimento aos estudos nos cursos técnicos do Cefet-RJ.

Os alunos selecionados pela alternativa do Curso Pró-Técnico demonstram, ao longo do desenvolvimento do curso técnico, uma capacidade bastante semelhante, algumas vezes até superior, de acompanhar as aulas e prosseguir nos estudos com relação àqueles selecionados pelo Concurso. Na seleção desses meninos e meninas, com idade variando entre 14 e 15 anos, em pleno processo de formação, o fator preponderante parece ser sua escolaridade anterior, seu passado educacional. Uma vez que cursaram o ensino fundamental em escolas públicas municipais não conseguem ultrapassar o obstáculo representado pelo Concurso. Depois que ingressam, e participando do mesmo processo educacional, recuperam sua "falta de base" e prosseguem sua escolarização.²⁹

Permanência nos cursos técnicos: a fala de alguns ex-alunos do Pró-Técnico

A seleção dos alunos cujos depoimentos, impressões e opiniões foram coletados foi feita de forma aleatória. Algumas entrevistas são, na verdade, conversas informais e foram sendo construídas ao longo do seu próprio desenvolvimento.

Os ex-alunos do Pró-Técnico responderam basicamente a perguntas sobre como se sentiam nas turmas formadas, majoritariamente, por alunos selecionados através do Concurso, se percebiam diferenças de desempenho entre eles e os "outros", se achavam que têm mais dificuldade que os alunos selecionados pelo Concurso para fazerem seus estudos no Cefet

"Realmente reconheço que há diferença no nível da preparação que tivemos no primeiro grau e isso dificulta um pouquinho pois, muitas vezes, para dar certa explicação o professor já parte do princípio que "todos" os alunos já têm base, mas às vezes alguns não têm; pelo menos comigo isso já aconteceu.

Agora outro fator, que também me prejudicou, foi quanto a não conseguir me controlar na hora de certas provas e isso também aconteceu com outros alunos do Pró-Técnico e eu acho que é devido ao medo que temos de perder esse sonho. O sonho de passarmos para o Cefet já realizamos. Agora precisamos lutar para continuar aqui. Quanto mais eu penso em como foi difícil conseguir, mais eu quero continuar a tentar... a lutar." (Suellen, 3º ano, 16 anos).

No depoimento de Suellen estão presentes os elementos principais da fala desses meninos e meninas quanto a sua experiência de "fazer Cefet", tendo passado pelo Pró-Técnico.

Em primeiro lugar o "sonho". A cada ano, a chegada de novos cento e sessenta (160) alunos e seus pais, meninos e meninas de 14/15 anos que parecem não acreditar que é para eles mesmos essa oportunidade, essa escola. O que consideram como ter ganho na loteria, é apenas um "convite" para que enfrentem uma dupla jornada escolar. De manhã, 8ª série, de tarde Pró-Técnico, ou vice-versa. O que ganham com isso? A possibilidade de garantir uma vaga nos Cursos Técnicos do Cefet-RJ, se estiverem entre os que obtiverem as melhores notas ao longo do Curso. Eis aí o grande prêmio: "fazer Cefet" e quem sabe com isso, tendo uma profissão, conseguir um futuro melhor.

Suellen fala de sonho, ela diz que foi muito duro conseguir "entrar no Cefet", e com isso também reafirma a vontade de lutar e continuar estudando, ir até o fim e completar seus estudos. Eis aí uma "marca" nesses alunos do Pró-Técnico: a "garra", a vontade de estudar:

"eu aprendi a dar mais valor a meu espaço aqui dentro, pois convivi quase um ano com pessoas que aprendi a gostar e sofri junto com elas quando não passaram e tanto queriam estar aqui. Na minha opinião, aprendemos a dar mais valor a essa vaga tão disputada, o interesse é muito maior do que o que eu tenho visto por parte de alguns alunos concursados" (Simaia, primeiro ano, 16

anos)

"os alunos que vieram do Pró-Técnico têm melhor desempenho porque 'lutaram' mais para garantirem suas vagas aqui no Cefet" (Priscila, 3º ano, 17 anos).

Suellen fala de uma dificuldade maior no primeiro ano, fala de "falta de base". Vários deles em seus depoimentos também falam sobre isso:

"O fato de alguns terem feito primeiro grau com uma base bastante ampla facilita o desempenho dos alunos selecionados pelo Concurso" (Evelyn, primeiro ano, 14 anos).

"O que dificulta é o fato de os alunos terem vindo de escolas públicas, onde, na maioria das vezes, não se completa a matéria a ser dada no ano letivo" (Rodrigo, primeiro ano, 17 anos).

"O fato de eles terem uma boa base nas suas escolas que, geralmente, foram particulares, além de terem feito cursinhos, aprimorando os seus conhecimentos, facilita seu desempenho" (Luiz Antônio, 3º ano, 17 anos).

Assim, quando ingressam no Cefet esses alunos têm diante de si um desafio: superar a falta de base que trazem por uma escolaridade anterior precária. Os dados quantitativos, analisados anteriormente, mostram que eles enfrentam com determinação esse desafio e progredem em seus estudos.

Voltando agora à fala da Suellen ...

"Agora, outro fator que também me prejudicou foi quanto a não conseguir me controlar na hora de certas provas e isso também aconteceu com outros alunos do Pró-Técnico e eu acho que é devido ao medo que temos de perder esse sonho..."

A questão que agora vai ser ressaltada não é mais "sonho" e sim "medo". Medo que dificulta o desempenho na hora das provas. Medo de não ser bem sucedido. Medo talvez pelo estranhamento de estar fazendo parte de um mundo, que sentem que só lhes chegou às mãos porque o Pró-Técnico foi buscá-los em suas escolas. Medo também porque, provavelmente, o seu desempenho nas provas, a sua progressão nos estudos continua ainda a ser questionado pela própria "pedagogia dos exames" 30 característica da escola brasileira e fator de seletividade social.

"É importante ressaltar que se não fosse o Pró-Técnico nosso ingresso nessa escola seria praticamente impossível, pelo fraco nível de ensino da escola pública municipal" (André, 4º ano técnico, 20 anos)

Essa sensação de que, de alguma forma, o "destino educacional" desses meninos e meninas foi modificado quando surgiu em suas vidas o que consideram ser essa grande "oportunidade de ser aluno do Pró-Técnico", tem um reverso, que é a expectativa na comunidade interna do Cefet de que eles não sejam bem-sucedidos. Simplesmente, porque seu perfil não corresponde ao perfil do aluno que o Cefet-RJ quer, majoritariamente, selecionar para os seus cursos técnicos. Seu fracasso, esperado, nos cursos técnicos demonstraria que a estratégia de seleção no concurso está correta, esses meninos e meninas oriundos das escolas municipais não passam no Concurso porque não têm o conhecimento suficiente e necessário para obter uma boa classificação – sua escolaridade anterior determina sua trajetória futura –, mas parece que há ainda mais do que isso nessa expectativa de fracasso: duvida-se mesmo de sua capacidade de aprendizagem.

Retomando a questão do medo diante das provas... "o medo é um importante fator de controle social" afirma Luckesi,³¹ que conclui sua análise sobre os sistemas de exame e conseqüentes polarizações em termos de notas e manipulações afirmando:

"Sociologicamente, a avaliação da aprendizagem, utilizada de forma fetichizada, é bastante útil para os processos de seletividade social (...). No caso, a avaliação está muito mais articulada com a reprovação do que com a aprovação e daí vem a sua contribuição para a seletividade social,

que já existe independente dela" 32

Nas entrevistas feitas com os alunos havia, também, a pergunta se, de alguma maneira, se sentiam discriminados por terem ingressado no Cefet pela via do Pró-Técnico. Aqui, a resposta unânime foi não, que fazem parte das turmas naturalmente e que o fato de os colegas ou os professores saberem que entraram pelo Pró-Técnico não acarreta nenhuma forma de tratamento diferenciado.

A reação interna à proposta de democratização do acesso aos cursos técnicos e ao próprio funcionamento do Curso Pró-Técnico, na verdade, é uma defesa de políticas de admissão seletivas que parece traduzir uma expectativa que vai ao encontro da afirmação que encontramos em Dey e Hurtado,³³ no sentido de que "os alunos e suas qualidades acadêmicas são, freqüentemente vistos como um recurso organizacional e como um instrumento de avaliação da qualidade institucional". Mudar o perfil do aluno que ingressa significaria, assim nessa ótica, mexer com a própria instituição.

É interessante perceber, no entanto, que essa expectativa não se traduz em um tratamento discriminatório com relação aos alunos oriundos do Curso Pró-Técnico, segundo eles mesmos, no dia-a-dia da instituição, de forma global ou individual. O que lembra a seguinte observação de Lahire:

"além do caráter excepcional de certos casos encontrados, a vida escolar os leva (os professores) a tratar os alunos caso por caso (com nome e sobrenome), nunca totalmente similares entre si, apanhados em um contexto de classe particular, com pais, desempenhos e um comportamento escolar singular",³⁴

e que talvez explique que a expectativa, observada de forma global, de que os alunos do Pró-Técnico tenham um desempenho aquém do desempenho observado nos alunos do Concurso, não se traduza, no plano individual, por um tratamento diferenciado e discriminatório aos alunos que vieram do Pró-Técnico ou por uma expectativa de que cada um deles tenha necessária e individualmente um desempenho abaixo do desempenho observado em cada um dos alunos que foram selecionados pelo Concurso.

Considerações Finais

O Curso Pró-Técnico tem como proposta a democratização do acesso e ampliação das chances de ingresso nos Cursos Técnicos do Cefet-RJ dos alunos das escolas públicas municipais de ensino fundamental. Por sua via, ingressam alunos que, em princípio, não ingressariam via Concurso e que passam a conviver cotidianamente nas diferentes turmas dos cursos técnicos.

A partir dos dados analisados, e pela repetência observada no primeiro ano técnico dos alunos selecionados pelo Pró-Técnico, parece ser possível afirmar que a "falta de base faz com que os alunos selecionados pelo Pró-Técnico tenham uma dificuldade maior no primeiro ano do que aqueles selecionados pelo Concurso".

Superada essa dificuldade inicial, a progressão dos dois grupos é bastante semelhante. Percebe-se, a partir do segundo ano, uma certa vantagem dos alunos provenientes do Pró-Técnico pela vontade que demonstram de continuar seus estudos. Aqui parece que sua posição social influi positivamente na medida em que suas famílias valorizam o fato de que estudam no Cefet e consideram da maior importância a possibilidade da profissionalização.

Esses meninos e meninas (e suas famílias) parecem ter uma relação muito especial com a escola, com a cultura escolar e a respeito do futuro oferecido pelos estudos. O investimento que fazem, ao participar do Pró-Técnico, encarando, aos 14-15 anos, uma dupla jornada escolar e deslocando-se muitos deles de bairros bastante distantes, é um indicador dessa disposição diferenciada e que, parece, fornece alguns dos elementos que permitiriam o entendimento das razões do seu sucesso.

O grupo selecionado pelo Pró-Técnico para ingresso em 1998 demonstrou, nesses 2 anos, um

desempenho excepcional, ultrapassando de forma significativa o grupo selecionado pelo Concurso. É preciso continuar esse acompanhamento e verificar se esse desempenho se confirma. O paradoxo observado, em um primeiro momento até causa espanto: esse grupo de alunos provavelmente não ingressaria pelas "vias normais" e, no entanto, no interior da escola se destaca, permanece e progride melhor em seus estudos do que os alunos selecionados pelo Concurso.

A partir dos dados analisados, parece ser possível afirmar que a implantação e desenvolvimento do Curso Pró-Técnico contribuem efetivamente para a democratização do acesso aos Cursos Técnicos do Cefet-RJ, na medida em que constitui um processo seletivo alternativo que valoriza o ensino público fundamental e seus egressos.

A convivência com esses meninos e meninas que passaram ao longo desses anos pelo Curso Pró-Técnico e que hoje são alunos dos Cursos Técnicos do Cefet-RJ, o contato direto com seus familiares permitem dimensionar o quanto para eles o estar fazendo curso técnico é um "passaporte" para o emprego e uma possibilidade de ascensão social. Os que hoje estão fazendo o 4º ano começam já a pensar no acesso ao ensino superior noturno. Por que não? Conseguiram adiar a entrada no mercado de trabalho, com muito sacrifício para eles e suas famílias. Agora, já qualificados, pensam trabalhar de dia e continuar estudando, à noite.

Examinando, no entanto, a filosofia da "nova educação profissional" vem quase que a certeza de que não é para eles – meninos e meninas egressos da escola pública de ensino fundamental – que se está reformulando o ensino técnico, não são eles os destinatários dessa "nova educação profissional".

Como egressos do ensino fundamental eles precisam dar continuidade a sua educação básica e, ao mesmo tempo, sentem necessidade da formação profissional, pressionados que já estão por suas próprias condições de vida ao ingresso no mundo do trabalho. A separação entre ensino médio e ensino técnico, transformando-os em 2 cursos independentes, torna quase impraticável a chamada concomitância, fazer ao mesmo tempo o técnico e o médio. Atualmente, no CEFET-RJ, os alunos da concomitância interna têm aulas diárias, começando às 7h da manhã e terminando às 18:30h, todos os dias. Meninos e meninas de 14 a 17 anos ... Quantos sobreviverão? A concomitância externa ainda é mais desgastante, uma vez que exige o deslocamento de uma escola para outra, no meio da jornada. A outra solução: fazer primeiro o ensino médio – 3 anos – e depois o ensino técnico, aumenta para 5 anos o tempo necessário à formação profissional, adiando a entrada no mercado de trabalho.

As três alternativas, concomitância interna e externa ou curso técnico seqüencial, implicam sempre possibilidade de acesso ao ensino médio, hoje restrito apenas a 32,6% da população de 14 a 17 anos, segundo dados recentemente divulgados pelo MEC.

É verdade que o acesso às escolas técnicas da rede federal já há algum tempo tinha se transformado em privilégio dos filhos da classe média que buscam nessas escolas um ensino médio público ainda de qualidade e que se não garante, pelo menos não impede – pela falta de base – seu acesso ao ensino superior.

A análise dos documentos da reforma evidencia, no entanto, uma concepção de educação profissional voltada para moldar o aluno para o mercado de trabalho, enquanto subsistema independente que se distancia da noção de educação de forma mais ampla. Da forma como está concebida, essa educação profissional significa o desmonte do que vinha sendo feito em termos de educação técnica de nível médio e não a sua democratização.

Notas

1 Este trabalho toma como base a monografia: CAMPELLO, Ana Margarida. Avaliação do desempenho de egressos de escolas públicas municipais de ensino fundamental – oriundos do Curso Pró-Técnico – nos cursos técnicos do CEFET-RJ, apresentada à Cátedra Unesco de Educação à Distância, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 1998, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Avaliação Educacional.

2 ARROYO, Miguel G. (Org.) Da escola carente à escola possível. São Paulo: Ed Loyola, 1986. 183 p (Coleção Educação Popular, nº 8).

3 Apesar do crescimento acentuado da matrícula verificado nos últimos anos, segundo dados recentemente divulgados pelo MEC, o Brasil apresenta hoje uma taxa líquida de escolarização no ensino médio de apenas 32,6% (O Globo, 15/9/99, p. 9).

4 Os dados do concurso 1997/1998 indicam que 74,8% concluíram o ensino fundamental em CEFET-RJ. Banco de dados do concurso de admissão aos cursos técnicos 1997/1998. Rio de Janeiro: CEFET-RJ/CINFO, 1998. 1 Disquete.

5 CEFET-RJ. Relação de alunos por turma: 1996, 1997 e 1998. Rio de Janeiro: Cefet-RJ/CAESP, 1998.

6 BRASIL. Leis, Decretos. Decreto-lei nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, v. 135, n. 74, p. 7760-7761, 18 abr. 1997. Seção 1. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

7 Id. *ibid.*

8 EDUCAÇÃO Profissional. Jornal do MEC, Brasília, v. 11, n. 6, nov./dez., 1998. p. 3. Encarte.

9 CASTRO, Cláudio de Moura. Oficina mecânica para formar advogados? Revista Veja, São Paulo, 1997.

10 Curiosamente, a utilização dessa "piada" para defender a separação do ensino médio e técnico faz imediatamente pensar na inadequação da medida adotada para a resolução do problema proposto.

11 CUNHA, Luiz Antonio. Ensino médio e ensino profissional: da fusão à exclusão. Revista Tecnologia e Cultura, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul./dez., 1998. p. 25.

12 BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Manual de Planejamento Estratégico Escolar. Brasília: MEC/PROEP. 1 Disquete

13 Na maioria das escolas da rede federal de educação tecnológica, experiências semelhantes foram implantadas a partir do final dos anos 70. Esses projetos têm como origem o PEBE 7, Programa Especial de Bolsas de Estudo, do MTb, regido pelo Dec. nº 75.781/75, cujo objetivo era "propiciar ensino a trabalhadores sindicalizados..., seus filhos e dependentes" através de bolsas não reembolsáveis, custeadas por convênios entre estabelecimentos de ensino técnico e MTb. A partir de 1998, com a implantação da reforma do ensino técnico, os Cursos Pró-Técnico vêm sendo desativados pelas escolas técnicas e Cefets.

14 A oferta insuficiente e precária de ensino médio pela rede pública estadual é uma das causas da elevada procura pelos cursos técnicos das escolas pertencentes à rede federal de educação tecnológica. Ampliada a oferta e " (...) restaurada a qualidade do ensino nas escolas públicas das redes estaduais, os estudantes de mais alto nível de renda as procurariam, em busca do preparo para os exames vestibulares, abrindo a possibilidade para que os alunos de fato interessados numa carreira técnica, qualquer que fosse o nível de renda de seus pais, encontrassem mais vagas disponíveis" (CUNHA (1998) p. 27).

15 BRASIL. Leis, Decretos. Decreto-lei nº 2.208. op. cit.

16 STAKE, Robert E. Case Studies. In: DENZIN, R., LINCOLN, Y. (eds.). Handbook of Qualitative Research. London: Sage Publications, 1994.

17 Com pequenas alterações e ajustes, principalmente na sua sistemática de seleção de alunos, o Curso Pró-Técnico funcionou de 1990 a 1998 no Cefet-RJ.

18 CEFET-RJ. Projeto do Curso Pró-Técnico. Rio de Janeiro: CEFET/ DIREN, 1990. Mimeo.

19 Id. *ibid.*

20 Id. *ibid.*

21 Em 1992, para selecionar os alunos, a SME realizou uma prova: 7.000 candidatos disputaram as 100 vagas oferecidas, pelo Cefet-RJ, no Curso Pró-Técnico. A concorrência foi, assim, ainda maior do que a verificada no concurso de acesso aos cursos técnicos, sendo a relação candidatos-vaga, 70 para 1. Essa forma de seleção, mediante prova, para ingresso no Pró-Técnico parece ter tido uma influência significativa no desempenho desses alunos no Concurso.

22 Em torno de 10% dos alunos classificados no Concurso fazem sua matrícula no 1º ano técnico e não freqüentam as aulas no ano seguinte, optando, provavelmente, por cursarem outras escolas. (AMARAL, Célia Marta Gurgel do; MATTOS, Irene Badaró. Análise da situação de evasão e repetência nos cursos técnicos industriais de nível médio – Cefet-RJ: avaliação de suas causas e efeitos. Rio de Janeiro: Cefet- RJ, [199-] 101 p. Mimeo.

23 SILVA, Neise Freitas da. Fatores de exclusão de egressos de escolas públicas no processo de seleção para o Cefet-RJ. Rio de Janeiro: Cefet-RJ, 1996. 29 p. Mimeo.

24 No início de 1994 ainda permanecia a antiga divisão da rede municipal em 24 DECs (Distritos de Educação e Cultura). As CREs, em número de 10, são implantadas no final de 1994, como consequência da reestruturação dos antigos DECs. Tomei a liberdade de me referir a CREs, já no início de 1994, para evitar detalhamentos que me pareceram desnecessários ao entendimento das idéias aqui desenvolvidas.

25 Essa estratégia de seleção de 4 alunos por escola tem como objetivo facilitar os deslocamentos entre o Cefet e o local de moradia desses meninos e meninas e principalmente ampliar sua autoconfiança no enfrentamento de uma situação nova, pelo apoio mútuo de uns para os outros.

26 BOWEN, Howard R. Objetivos: os resultados desejados da educação superior. In: SOUSA, Eda C. B. Machado (Org.) Acompanhamento e avaliação de alunos – leituras complementares. Brasília: UnB, 1997. vol. 4. p. 7-32.

27 AMARAL, Célia Marta Gurgel do;

MATTOS, Irene Badaró. op. cit. Apresentam dados sobre a repetência no primeiro ano técnico do Cefet-RJ dos alunos selecionados pelo Concurso.

28 Id. *ibid.*; SIMÕES, Carlos Artexes. O fracasso escolar no ensino técnico de 2. grau do Cefet-RJ. Rio de Janeiro: Cefet-Rj, 1996. 53 p. Mimeo. Analisa a evasão e repetência nos cursos técnicos de nível médio do Cefet-RJ

29 Tratando da comparação entre o desempenho de alunos de instituições de ensino distintas, SOARES, José Francisco; MARTINS, Maria Inês;

ASSUNÇÃO, Cibele Noronha Behrens. Heterogeneidade acadêmica dos alunos admitidos na UFMG e PUC-MG. Ensaio, Rio de Janeiro, v. 6, n.18, jan./mar., 1998. p. 57-66. MARTINS e Assunção afirmam que dada a heterogeneidade acadêmica e econômica dos alunos admitidos na UFMG e na PUC-MG seus resultados no Exame Nacional de Cursos não podem servir como base para comparar Instituições de Ensino. A idéia central aqui trabalhada é distinta daquela apresentada por esses autores no trabalho citado, na medida em que compara o fluxo de dois grupos de alunos com habilidades acadêmicas e perfil sócio-econômico diferentes e alunos da mesma instituição de ensino, participantes portanto do 'mesmo processo educacional'.

30 LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem: apontamentos sobre a pedagogia do exame. In: SOUSA, Eda C. B. Machado (Org.) Técnicas e Instrumentos de Avaliação – leituras complementares. Brasília: UnB, 1997. 149 p. v. 1., p. 21-29.

31 Id. *ibid.* p. 27.

32 Id. *ibid.* p. 29.

33 DEY, Eric L., FENTY, Joseph e VIANNA, Heraldo Marelim. Técnicas e instrumentos de avaliação. Brasília: UnB, 1997. 88 p.

34 LAHIRE, Bernard. Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997. 367 p.

| [Voltar](#) |
